

Riscar pontos, firmar força e alumbrar sonhos ancestrais

Luiz Rufino (UERJ, Brasil)
luizrfn@gmail.com

Sinto-me honrado e, ao mesmo tempo, surpreso com o convite para participar do Seminário Designs por Vir. Tenho dedicado minha carreira a pensar e a escrever sobre Educação, especialmente em um campo que, até a metade do século passado, alguns autores e autoras chamavam de crítica ao colonialismo. Em linhas gerais, a pesquisa que desenvolvo, com interface na Educação, além de outras áreas, discute a questão colonial. Trarei aqui algumas reflexões, alinhadas ao objetivo desta mesa, de “Praticar, imaginar e representar outros mundos”.

Cada vez mais, faz-se necessário invocar a dimensão das narrativas, em virtude da emergência de contar histórias. No âmbito da ciência e da universidade, de igual modo, é importante refletir sobre a tradição escriturística, muito marcante no fazer acadêmico, observando que existe uma demanda por oralizar a escrita. Tais ponderações baseiam-se, principalmente, em Antonio Bispo dos Santos, em Leda Maria Martins e em Ailton Krenak, além de serem realizadas com o intuito de praticar e de sustentar diferentes mundos.

Início retomando uma questão apresentada em *Discurso sobre o colonialismo* (2020). Aimé Césaire, o autor dessa obra, foi um ótimo narrador, tinha uma grande afinidade com as palavras — um poeta martinicano com alma de preto velho. Sua sabedoria inclui a capacidade de, através da invocação da palavra, avançar na esfera do sensível, na esfera daquilo que a vida constitui e irá constituir. Césaire apresenta o contexto colonial como a instalação de uma guerra — obviamente com uma maquiagem muito característica — mencionando várias cenas que constituem a imagética da colônia: os estupros, a tortura, a humilhação, o esculacho, algo ainda muito comum atualmente. Constroem-se uma série de imagens, de terror e extrema violência, que, de uma certa forma, integram nosso imaginário e nosso cotidiano. Faço apenas uma ressalva sobre esse exemplo porque muitos autores, inclusive eu, consideram o evento colonial como um acontecimento inacabado, que, ao contrário de ser datado, permanece se atualizando até o presente momento. De todo modo, o seu primeiro fundamento pode ser compreendido como uma intervenção militar, de fato.

Diante desse cenário catastrófico, totalmente contrário à vida, o que nos resta? Um leitor apressado concluiria que não nos resta mais nada, que não há o que ser feito, mas a resposta de Césaire — um ancestral negro africano na diáspora — é propor que inventemos novos seres. Tem-se, então, um problema e uma atitude pedagógica diante da violência colonial. Embora não fosse sua intenção problematizar a educação, nem o modo como sua difusão massivamente ocorreu na modernidade, o poeta martinicano nos deixa uma pista. O contexto de terror exige uma força pedagógica de inventar

novas maneiras de ser, de erguer novos seres. Conseqüentemente, erguer novos seres implica sustentar outros mundos.

Convém contrapor esse pensamento ao de autores europeus cujas ideias foram muito difundidas no Brasil e também às críticas vigentes na atualidade. Por exemplo, Lévi-Straus foi um dos que chamou atenção para um embate ou choque de mundos existente em nossa nação. Atualmente, Ailton Krenak, Dudu Santos, o xamã Davi Kopenawa, por sua vez, assim como os movimentos sociais, os povos de terreiros, os quilombos, as favelas, as mães, as crianças, os velhos, os mais-que-humanos têm levantado questões que parecem novas, apesar de discutidas há muito tempo.

A ansiedade, a agonia diante do contexto de guerra nos deixa à espera da salvação. Somos muito apegados às promessas, ao milagre — reminiscência da escolástica colonial, da catequese. Isso nunca deixou de nos atravessar. A emergência da invenção de mundo não significa, necessariamente, a criação de algo novo, na minha visão. Talvez ela tenha mais semelhança com a experiência de roça, de roçado, com uma experiência de quintal, com uma experiência de escuta profunda da terra. Melhor seria nos questionarmos sobre as políticas que as margens, as florestas, as rodas, as esquinas, as ruas, as brincadeiras, as festas têm praticado. Essas permanecem até hoje.

Parece-me, ainda, que vivemos um contexto de terror secular, de violência sistemática, plasmada nessa lógica colonial, que tem como frente políticas de assassinato. São políticas sofisticadas, que miram o corpo, primeiramente, mas vão além. Então, há assassinatos de existências, de diferentes órgãos, de esferas de saber, de linguagens... O mais nocivo deles consiste no desmantelamento comunitário, chamado por alguns autores de comunitaricídio. A aniquilação das relações comunitárias, das organizações, das estruturas lógicas comunitárias corresponde a uma espécie de assassinato oculto ou a uma espécie de aquebrantamento, em analogia ao aquebranto das práticas rituais.

O filósofo sul-coreano Byung-Chul Han tem discorrido sobre uma sociedade dopada, performática, profundamente exigente com a representação e com a vendagem de si, envolta em uma lógica do consumo, do descarte e da aceleração desenfreada a ponto de naturalizar o adoecimento. Seu olhar dirige-se ao fato de estarmos matando os rituais. As comunidades, vistas por alguns como antigas, são, na verdade, contemporâneas. Longe de ser um pensamento ultrapassado, a decolonização é uma questão extremamente pertinente, defendida por lideranças na atualidade. A intelectual latino-americana Silvia Rivera Cusicanqui, por exemplo, destaca que o problema colonial não está restrito ao passado.

A crença em um tempo linear, em uma monocultura e em um mundo plasmado nos impede de perceber os grupos que estão inventando, lançando corpo inteiro, em diferentes formas de batalha, em uma relação muito íntima com o tempo alargado, denominado por Leda Maria Martins como tempo espiralado. Esse caracteriza-se como um tempo da brincadeira, um tempo do roçado, um tempo da roda, dos sonhos, como o tempo dos sons, como o tempo das crianças, que são muitas vezes as mais velhas, como o tempo dos velhos que tem em si a sabedoria de ser menino.

A dimensão da relação com o tempo é um problema moderno. A modernidade nos impõe a captura do tempo. O colonialismo também se faz com uma captura do tempo, uma espécie de encapsulamento do tempo. Costumo propor aos meus alunos que pensem sobre um período histórico. Incentivo-os a dizerem o que sabem sobre a Idade Média. Provoco: “Os tupinambás estavam lá?”. Eles se mostram reticentes, supondo se tratar de uma brincadeira. Alguns deles chegam a afirmar que os tupinambás não existiam naquela época. Insisto: “Tem certeza? Quem estaria lá, então?”. Uma forma de chamar atenção para a presença dos povos indígenas.

Trabalhei na Baixada Fluminense, na região do Recôncavo, na Guanabara. Poucos sabem, mas há ali muitos sambaquis. Um deles localiza-se em São Bento, bairro muito interessante porque abriga quilombos, sambaquis e fazendas dos Jesuítas. Então, é um quiprocó danado! Havia umas crianças brincando e provoqueei uma delas a pensar sobre o que havia naquele lugar. O menino respondeu saber que ali existiam dois corpos enterrados há muitos anos, me surpreendendo por os ter chamado de ancestrais. Aproveitei a ocasião para dizer a ele, de maneira bastante informal, que pesquisadores do Museu Nacional, da URFJ, em pesquisas arqueológicas envolvendo carbono 14, estimaram que esse território teria cerca de quatro mil anos. Ou seja, conta-se uma história de pouco mais de 500 anos quando, na verdade, há indícios de presença humana muito antes disso.

Esse breve relato nos conduz à dimensão da imaginação, uma esfera importantíssima, estudada por muitos pesquisadores. Algumas das pesquisas sobre as comunidades indígenas no Brasil têm investido na relação com os sonhos, com a psicanálise, com a neurociência, com a antropologia. O trabalho da historiadora brasileira Beatriz Nascimento merece destaque. A autora chama atenção para o fato de nosso estatuto ontológico — grande parte das pessoas que habitam este mundo, incluindo os não humanos — estar suprimido. A modernidade suprimiu essa possibilidade de existência.

Enquanto muitos se direcionam para Hegel e para a teoria História, é preciso reivindicar a invenção, a memória como lugar de invenção. A memória não é necessariamente um lugar de lembrança do que se pode assegurar

como verdade ou fato histórico. A partir da observação dos ensinamentos de muitos grupos, como os indígenas, conclui-se que a memória pode ser uma miração, pode ser um pássaro que empoleira no sonho de alguém, pode ser um canto recuperado e tantas outras coisas... pode ser, inclusive, uma espécie de gira, de espirê, de espiralado, esses múltiplos tempos que, de fato, fazem com que o tempo ancestral se inscreva.

O termo futuro ancestral ganhou muita força nos dias atuais, mas tal denominação mostra-se redundante para a lógica dos praticantes da ancestralidade. Destaco que não me refiro à ancestralidade meramente como um conceito, apropriada como um fetichismo conceitual. Refiro-me à ancestralidade como uma política de vida, como uma intimidade profunda de defesa da vida nas comunidades.

A respeito da Educação, bell hooks, uma existência muito importante, costumava defendê-la enquanto prática de cura, não como recuperação da doença, mas no sentido do cuidado comunitário, em que se tece intimamente uma confiança e uma pertença na relação com a diversidade. No Brasil, há mais de cinco séculos, o projeto de educação visa, sobretudo, à escolarização, um resquício evidente da catequização. Pelo viés colonial, a Educação tende a ser empresarial. A leitura por fruição, por exemplo, não costuma ser valorizada, aliás, tende a ser, inclusive, abandonada.

Ao observar o comportamento das crianças, nota-se sua tendência de regressar para a terra, de explorar o corpo, de se relacionar com a natureza e de estabelecer uma relação de aconchego com o mundo, conhecido por ela simultaneamente à percepção de si e de também fazer parte dele. Fluxo interrompido, muitas vezes, pela suposição de que a criança precisa aprender. É por isso que se vê por aí pais contestando o fato de, no seu entendimento, custearem o ensino para a criança apenas brincar e se sujar. Desconhecem o principal. Exatamente esse o tipo de experiência que modula nossas esperanças e nossa possibilidade de estar inscrito no mundo como continuidade.

Então, tenho percebido e entendido que, diante de todo problema colonial, permanece o desejo de dominação. Esse problema perpassa no nosso corpo, nos atravessa neste momento. A liberdade aqui defendida visa ao alcance da independência, ainda que de forma muito precária. No fundo, tem sido difícil reconhecer que essa batalha tem se dado constantemente, quase como uma capoeiragem, sem ter um vencedor e sem ter um vencido. Obviamente há uma correlação de forças visuais, mas está longe de ser possível afirmar que esse projeto que se instalou foi derrotado.

Embora defendidas inúmeras manifestações, esse não é um discurso de romantização da precariedade. Ao contrário, que fique clara a existência de uma demanda de justiça social, de justiça cognitiva, a ser batalhada, a

ser disputada em prol da manutenção dessa diversa trama política em defesa da vida.

Importante imaginar mundos, não apenas com a abstração ou por meio de uma atividade racional, mas imaginar corporalmente, ritualmente; inventar, inventariar. Diante dessa marca ocidentalizante que insiste em ditar o que precisamos, em estabelecer o que é político e o que não é político, em julgar o que é pensamento e o que não é, sejam essas as nossas forças de batalha política.

Essas são algumas das reflexões, chamadas por mim de cismas ancestrais, cismas que têm relação profunda com o chão em que vivemos, que me propus a compartilhar com vocês que atuam no campo do design. A capacidade de escrever rituais de vida, políticas de vida, elas têm gramáticas muito sensíveis, muito miudinhas e, por isso, podem muito facilmente ser riscadas do cotidiano. Nosso desafio é continuar a escrever vida no plano que é comum ao campo do design, envolvendo rotas, entradas, saídas, considerando até mesmo o que vagueia no mundo, em um sentido de espiritualidade amplo e valente, aceitando que um corpo é demandado, um riscado para que seja possível encarnar e continuar vibrando, como vida.

Como referenciar

RUFINO, Luiz. Riscar pontos, firmar força e alumbrar sonhos ancestrais. **Arcos Design**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, pp. 73-79, jul./2024. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/arcosdesign>.

DOI: <https://www.doi.org/10.12957/arcosdesign.2024.84240>



A revista **Arcos Design** está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição – Não Comercial – Compartilha Igual 4.0 Não Adaptada.

Recebido em 09/05/2024 | Aceito em 09/05/2024